RADAR

Aprovada a desfiliação da CUT

A CUT ainda representa os trabalhadores ou virou um apêndice do governo Lula? O entendimento dos cerca de 356 delegados que participaram do 24º Congresso do ANDES-SN (Curitiba-PR, de 24 de fevereiro a 1º de março) foi de que a Central não representa mais o Movimento Docente, e, por isso, a desfiliação acabou aprovada com relativa facilidade. O governo petista foi o principal alvo da maioria dos docentes presentes ao evento. O placar que levou à decisão histórica de saída da CUT foi de 192 votos a favor, 85 votos contra e 12 abstenções. A decisão, tomada na tarde do último dia do evento, foi muito comemorada com aplausos e palavras de ordem. A decisão, mesmo polêmica, não chegou a ser surpresa, já que muitas seções sindicais já traziam das universidades a posição de sair da Central, como era o caso dos professores da UFSM.

Os argumentos que prevaleceram foram aqueles que colocaram a CUT como "traidora" dos interesses dos servidores públicos. O diretor do ANDES-SN, Edmundo Dias, professor da Unicamp, disse que a CUT passou a "defender uma outra classe, passou para o lado do capital". Marina Barbosa, presidente do Sindicato Nacional, disse que não é o ANDES que está deixando a CUT, e sim que "a Central é que nos abandonou." Para o ex-presidente do ANDES, professor Luis Carlos Lucas (UFPel), a "CUT hoje virou um instrumento de combate aos direitos dos trabalhadores."

Um dos defensores da posição minoritária de permanência do ANDES filiado à CUT foi o professor Américo Kerr, da Universidade de São Paulo. Mesmo concordando com os argumentos de que a atual direção da CUT é "pelega e traidora", Kerr apelou em seu discurso que "não podemos contribuir para a divisão e destruição da CUT". Mas, os apelos foram inúteis diante de uma platéia com posições majoritariamente contrárias à permanência do mesmo lado da CUT.

PROIFES- O Congresso do ANDES

teve momentos de grande tensionamento. Tanto na segunda, dia 28, à noite, como na terça, 1°, pela manhã, os docentes vinculados ao Proifes duelaram com os vinculados ao grupo dirigente do ANDES-SN (ANDES AD). Os temas que viraram polêmica passaram por pontos como o envio de tropas brasileiras ao Haiti (consideradas pela maioria dos congressistas como 'tropas de ocupação', contrariando a visão dos docentes alinhados à oposição à diretoria do Sindicato Nacional), e, outros como o fato de um ex-diretor do ANDES na gestão 2000-2002, mesmo sem ter feito prestação de contas, ter conseguido concorrer nas eleições sindicais de 2002. Passados quatro anos, somente agora ela estaria sendo objeto de uma comissão interna de investigação. Para a oposição à atual diretoria do Sindicato Nacional, teria havido negligência em apurar os fatos.

A disputa entre situação e oposição no âmbito do ANDES-SN se deu já na abertura do Congresso. Pelo menos uma Seção Sindical garantiu a participação de seus delegados no Congresso através de decisão judicial: a APUBH (Sindicato Docente da Universidade Federal de Minas Gerais). A comissão organizadora do Congresso teria tentado impedir a participação dos delegados das seções sindicais de Goiás (ADUFG), Mato Grosso do Sul (ADUFMS), Paraíba (ADUFPB) e São Carlos (ADUFSCar). Conforme o diretor da Regional RS do ANDES-SN, professor Luiz Henrique Schuch, o motivo do impedimento dessas seções sindicais foi o não repasse de forma correta da contribuição para o Sindicato Nacional. Dispositivos aprovados em Congresso pelo ANDES falam em cobrança de contribuição sobre o vencimento básico e mais a GAE. Essas seções estariam contribuindo apenas sobre o vencimento básico.

Robson Matos, presidente da APUBH, disse que a seção sindical parou de contribuir sobre a GAE a partir de uma orientação da assessoria jurídica da entidade. Entretanto, professores ligados à diretoria



Rompimento com a CUT confrontou diretoria do ANDES (Márcio Oliveira, ao microfone) e oposição

do ANDES discursaram seguidas vezes acusando a oposição ao ANDES de estar tentando desestabilizar financeiramente o Sindicato Nacional e, cujo objetivo final seria carrear recursos para fortalecer o Proifes, que é chamada pela diretoria do ANDES de "sindicato paralelo". O significado do nome Proifes é Fórum dos Professores das Instituições Federais de

Ensino Superior, tendo sido fundado em 16 de outubro de 2004. Neste dia, este fórum foi instalado, passando a ter estatuto próprio e diretoria provisória, cujo presidente é o professor Gil Vicente Figueiredo (Sindicato Docente da Universidade Federal de São Carlos), que nas últimas eleições concorreu à diretoria do Sindicato Nacional por uma chapa de oposição.

Histórico

O ANDES foi uma das entidades ligadas ao serviço público que, após a promulgação da Constituição de 1988, não apenas se transformou em sindicato (fato proibido durante o regime militar), como também defendeu e foi vitoriosa na tese de associar-se à maior central sindical do país, com uma história de lutas contra a ditadura. A filiação à CUT acabou aprovada no 8º Congresso, em São Paulo, no ano de 1989.

Em Santa Maria, a filiação à Central Única ocasionou uma divisão no Movimento Docente no final da década de 80. A direção da Associação dos Professores (APUSM), à época dirigida por um grupo ligado ao professor Paulo Sarkis (hoje reitor das UFSM), tinha posição contrária a transformar a entidade em sindicato, assim como era terminantemente contra a uma vinculação à CUT. Essas posições levaram a que um outro grupo de professores se organizasse, fundasse um sindicato fora da Associação dos Professores, que chamou-se SEDUFSM. Em janeiro de 1997, a Seção Sindical dos Docentes inclusive ajudou na organização da CUT Regional Centro, abrangendo os municípios da região central do estado, na qual está inserida Santa Maria.

Sindicato quer barrar reformas

Também foi colocada na ordem do dia como item para o plano de lutas do ANDES-SN para 2005 a necessidade de ações para barrar as reformas oriundas do governo Lula. A Reforma Universitária, assim como programas como o Prouni e o das Parcerias Público-Privadas aplicadas nas universidades, são vistos como um retrocesso na condução da discussão sobre a política educacional para o ensino superior público brasileiro. O professor Roberto Leher, da UFRJ, ex-presidente do ANDES-SN, considera que o MEC está implementando ponto a ponto todo o receituário prescrito pelo Banco Mundial (BIRD) para as universidades dos países do terceiro mundo. Não menos importante é a polêmica sobre a Reforma Sindical, encaminhada pelo governo a partir de discussões no Fórum Nacional do Trabalho e considerada a "pá de cal" na credibilidade da CUT junto aos setores à esquerda ou independentes do movimento sindical.

No que se refere à atuação do ANDES para evitar a reforma universitária, foi aprovado no Congresso a elaboração de uma agenda para a educação superior brasileira que tenha como eixo a educação superior pública, gratuita e universal, referenciada no projeto do Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira, no Plano Nacional de Educação (PNE) e nos encaminhamentos construídos em outros fóruns democráticos. Estará na ordem do dia também, em 2005, a realização junto com a Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública, um ato na Câmara Federal em defesa das Instituições de Ensino Superior Públicas. Também está na pauta do ANDES-SN a implementação de ações que tenham por objetivo a defesa da produção científica e tecnológica nacional, ameaçadas a partir dos efeitos privatizantes da lei nº 10.973/04, que trata da Inovação Tecnológica. (*Leia mais sobre o 24º Congresso do ANDES-SN na página 2 e também nas páginas centrais- 6 e 7*).